

A SEMÂNTICA, A PRAGMÁTICA E OS SEUS MISTÉRIOS

Roberta Pires de Oliveira¹

Renato Miguel Basso²

pires@cce.ufsc.br

rmbasso@gmail.com

RESUMO: O presente ensaio analisa a distinção entre semântica e pragmática considerando o tipo de argumentos e entidades que cada disciplina mobiliza em suas explicações. Argumentaremos que a pragmática, em suas teorizações, lança mão de algum conceito de “aposta”, seja ao apelar para a cooperação do falante, seja ao utilizar explicações como “a intenção do falante é/era...”; a semântica, por sua vez, não utiliza nenhuma noção de “aposta” e suas explicações envolvem o conceito de proposição, que remete, mas não coincide, com condições de verdade e sentido literal. Essa maneira de apresentar a distinção entre semântica e pragmática pode ser chamada de interna, pois se sustenta nos argumentos que os pesquisadores utilizam em suas pesquisas, encaixadas, por eles mesmos, numa ou noutra dessas disciplinas. Autores que tratam dessa mesma distinção caracterizando o que a semântica e a pragmática *devem* estudar situam-se em posições externas às disciplinas, e normativizam sobre elas, porque estabelecem o que deve ser uma e outra. Apropriando-nos de uma idéia de Michel Lahud (1977), diremos que os mistérios da pragmática (ou seja, o que ela toma como pressuposto, mas não define) remetem à filosofia da mente e da ação; diremos também que a semântica tem como mistério o conceito de proposição, provavelmente tratado pela filosofia da lógica. Seus mistérios são, pois, outros.

PALAVRAS-CHAVES: semântica, pragmática, proposição, intenção, teoria da ação

Com teorias tanto filosóficas quanto científicas pode-se explicar os conceitos teóricos usados, não pela sua definição, mas através de seu uso na explicação dos fenômenos.

Robert Stalnaker

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

1. INTRODUÇÃO

Pareceu-nos oportuno, não só porque o tema deste número da *Revel* é semântica/pragmática, mas porque essa parece ser uma discussão muito atual nos círculos internacionais, tentar entender melhor o que faz a barra separando essas disciplinas e as razões de um número único para elas. O faz a barra? Será que ela indica, como nos escritos de Chomsky³ em que sempre lemos cérebro/mente, uma inseparabilidade entre as disciplinas, e, ao mesmo tempo, uma distinção qualitativa, uma irreduzibilidade? Se sim, qual seria a inseparabilidade e a irreduzibilidade? Estaria a semântica para o cérebro, assim como a pragmática estaria para a mente? A analogia nos parece de fato promissora, porque, como bem sabem os gerativistas e estudiosos, no modelo chomskiano a pragmática não pode ser apreendida por uma ciência natural, porque envolve precisamente a vontade do falante que é, por princípio, livre. A pragmática se insere, portanto, nas humanidades. A semântica, por sua vez, ainda nesse modelo, é sintaxe porque é passível de ser calculada pelo sistema computacional e pode, portanto, receber um tratamento naturalista. É fácil notar que a questão da barra separando essas disciplinas se abre para horizontes além da lingüística: a filosofia da mente, a epistemologia...

Nosso objetivo não é, no entanto, uma solução para o dilema do que constitui ou não a semântica e a pragmática, mas antes uma reflexão sobre essa distinção a partir da análise do que os pesquisadores fazem e de como eles próprios situam a sua pesquisa, na tentativa de entender melhor o que as caracteriza. Nesse processo de constituição do objeto e da disciplina que o comporta participam também os textos em que a distinção é explicitamente enfrentada, textos que, em sua maioria, têm caráter normativo, no sentido de que, embora ancorados na própria experiência do autor, que inclui a leitura de outros pesquisadores, buscam um traço definidor da disciplina. A perspectiva que oferecemos procura o que há em comum por trás das caracterizações de pragmática dadas por alguns desses autores, levando em conta os conceitos e explicações que os pesquisadores em pragmática e em semântica mobilizam. Nesse sentido, nossa abordagem é descritivista.⁴

³ São muitos os escritos de Chomsky em que aparece a barra separando mente e cérebro; neste ensaio estamos tomando como contraponto para a nossa discussão Chomsky (2002).

⁴ Um teste para este ensaio são os artigos que constituem esse número da *Revel*: a delimitação que ao final chegamos deve permitir enquadrá-los em um ou outro campo, tendo em vista quais conceitos são empregados nas explicações dos fenômenos.

Assistimos, ao longo da história recente dessas disciplinas não apenas várias tentativas de apreender em que consistiriam os seus domínios, mas inúmeras discussões, inclusive sobre o que exatamente constitui o objeto de uma ou outra, já que parece nem mesmo haver clareza sobre se de fato se trata de objetos teóricos essencialmente distintos. Duas imagens podem servir de ilustração tanto da postura normativa, que mencionamos antes, quanto da falta de clareza sobre a existência de objetos distintos: a da lata de lixo e a da torta semiótica.

A metáfora da lata de lixo foi inicialmente evocada por Bar-Hillel (1971), mas a interpretação que encontramos dessa metáfora na literatura posterior é frequentemente equivocada, dando a impressão de que Bar-Hillel estava propondo que as disciplinas mais duras, como a sintaxe e a semântica, pudessem de fato “salvar” fenômenos que estavam na lata de lixo. Pode-se entender com essa afirmação que não há um objeto distinto para a pragmática. No entanto, Bar-Hillel utiliza a metáfora na direção oposta para criticar os vários autores que, naquele momento da semântica gerativa (década de 70)⁵, estavam retirando da lata de lixo fenômenos pragmáticos para atribuir-lhes uma explicação sintático-semântica. Na perspectiva desses autores, mas não na de Bar-Hillel, à pragmática cabem os fenômenos que não podem ser explicados por teorias mais duras, como a semântica e a sintaxe; por isso, ela é o depósito do não-explicado. Mas uma vez que seja possível enquadrar o fenômeno, o que em geral significa formalizá-lo, ele deixa de ser pragmático, e é retirado da lata de lixo. Nessa perspectiva, pode ser até mesmo que, ao fim e ao cabo, não existam problemas pragmáticos: a lata de lixo está esperando ser esvaziada por teorias mais poderosas que possam ver, justamente nos fenômenos que se apresentam a nós como caóticos, uma regularidade antes despercebida. O que significaria uma redução da pragmática (da mente) à sintaxe-semântica (ao cérebro).

Bar-Hillel defende que é preciso muito mais cuidado “ao forçar pedaços e peças que se encontram na lata de lixo pragmático na sua teoria sintático-semântica favorita” (p. 405)⁶, porque os fenômenos que se tentava formalizar pertenciam efetivamente à pragmática. Tratava-se da decomposição de verbos como ‘to remind’ em ‘causar a lembrança’: na tentativa de apreendê-lo sintática e semanticamente, os autores acabavam por atribuir agramaticalidade a sentenças cuja aceitabilidade, segundo Bar-

⁵ Momento em que se discutia a possibilidade de decompor ‘matar’ em ‘causar a morte’ e do qual participaram, entre outros, Jerry Fodor, um dos autores que Bar-Hillel aponta como realizando um reducionismo indevido da pragmática à sintaxe-semântica.

⁶ “Be more careful with forcing bits and pieces you find in the pragmatic wastebasket into your favorite syntactico-semantic theory” (p. 405).

Hillel, poderia ser recuperada contextualmente. O autor procura mostrar que algumas das restrições ao uso desse verbo são fatores conversacionais; o que nos impede de proferir ‘O João me lembra ele mesmo’ é o fato de que não há uma razão para proferir essa sentença, já que ela diz o óbvio e é trivialmente verdadeira. É claro que, em contextos particulares, esse proferimento pode ser adequado. Bar-Hillel está, pois, reivindicando a existência de fenômenos pragmáticos que simplesmente não podem ser reduzidos à sintaxe-semântica. Restou-nos, no entanto, a metáfora da lata de lixo na interpretação dos autores que ele criticava.

Na analogia da “torta semiótica” (cf. Levinson (2000), entre outros), o objeto é único, é a torta, ou seja, toda e qualquer semiose, e a cada disciplina cabe um pedaço da torta. Assim, cada uma das disciplinas se ocupará de aspectos distintos de um mesmo fato, a semiose, sem constituir propriamente falando fatos distintos. Num caso como esse, a distinção entre semântica e pragmática é aleatória, porque convencional e, por isso mesmo, pode ser normativa: a quem cabe que pedaço dessa torta passa a ser definido por algum critério externo. Como bem lembra Ilari (2000), até um certo momento o pedaço maior da torta, nos círculos nacionais, cabia à pragmática, porque era mais “fashion” fazer pragmática do que semântica. Se cada um pode fatiar o seu pedaço da torta como bem quiser e assim definir o seu objeto de estudo, o estabelecimento da distinção que nos interessa tem um caráter claramente normativo, porque o pesquisador tem a faca na mão para cortar como desejar a torta semiótica. Essa pode ser uma estratégia muito efetiva quando se quer situar a própria pesquisa, esclarecendo o próprio campo de trabalho, e não há nada de condenável nela. O ponto a ser notado é que se a situação for realmente essa, não há nada de específico à semântica ou à pragmática.

Neste ensaio, a tese a ser defendida se opõe tanto à visão da lata de lixo quanto à da torta semiótica. Na direção de Bar-Hillel, argumentaremos que há especificidades que caracterizam uma e outra disciplina, que podem ser apreendidas a partir de uma perspectiva descritivista; isto é, analisando a prática dos pesquisadores, é possível detectar explicações distintas que remetem a diferentes campos do saber; o que, mostraremos, permite afirmar que os objetos de estudos são essencialmente distintos; não se trata, pois, de um mesmo objeto descrito de modos diferentes. Se é assim, não é possível reduzir a pragmática à semântica (e vice-versa), e sua delimitação não é, portanto, arbitrária. A nosso ver, a existência de objetos distintos, alvos da semântica e

da pragmática, é crucial para dizer com propriedade se é ou não possível traçar um limite entre essas duas disciplinas que não seja arbitrário ou simplesmente normativo.

Na próxima seção, apresentaremos algumas das posições sobre a distinção encontradas ao longo da literatura, entremeadas por análises de textos em que a distinção não é objeto de estudos, mas pressuposta. O objetivo é tentar captar as diferentes intuições que estão por trás das delimitações entre semântica e pragmática. A seção 3 é uma recapitulação e esclarecimento da posição que resta do cotejamento dos autores, e, por fim, a seção 4 é uma espécie de “amarração dos pontos” sob um outro ponto de vista, constituído a partir de uma certa leitura de Lahud (1977).

2. ALGUMAS PROPOSTAS DE DISTINÇÃO

A distinção entre semântica e pragmática foi tematizada por vários autores, quer porque a distinção em si era o objeto de estudo (ver, por exemplo, Szabó (2005)), quer porque ela era necessária para que o pesquisador pudesse estabelecer o seu campo de trabalho. Sem sombra de dúvidas, a distinção fundadora, que por isso mesmo acaba por ser sempre retomada, é a de Morris (1946) que, mostraremos, não descreve o estado da arte; é, portanto, inadequada para definir, no momento atual, os limites entre semântica e pragmática:

Um cachorro responde pelo tipo de comportamento (I) envolvido numa caçada de raposas (D) a um certo som (S); um viajante se prepara para visitar apropriadamente (I) a região geográfica (D) tendo em vista a carta (S) que recebeu de um amigo. Em tais casos S é o signo veículo (e um signo em virtude do seu funcionamento), D é o *designatum* e I o interpretante de um intérprete. A caracterização mais efetiva de um signo é a seguinte: S é um signo de D para I na medida em que I captura D em virtude da presença de S. Então na semiose algo captura alguma outra coisa por intermédio de, ie., por meio de uma terceira coisa. Semiose é conseqüentemente capturar-por-meio de. Os mediadores são os signos veículos; o capturar são os interpretantes; os agentes do processo são os intérpretes; o que são capturados são os *designata*.⁷

Como é senso comum, para Morris, a semiose é uma relação triádica entre intérpretes, signos e *designata*. É em relação a essas três dimensões que Morris define os três ramos do estudo geral dos signos, que, se se atentar para o trecho acima, são independentes: a sintaxe é o estudo das relações entre os signos, a semântica é o estudo

⁷ As citações de Morris foram retiradas do texto de Szabó (2005).

da relação entre signos e seus *designata* e a pragmática é o estudo da relação entre signos e seus intérpretes. Não há, estritamente falando, nada que impeça uma pragmática sem a semântica, ou uma semântica sem sintaxe. É bom lembrar que Morris escreve num momento em que ainda não há, diferentemente do que ocorre nos dias de hoje, uma sintaxe das línguas naturais, uma semântica das línguas naturais e uma pragmática das línguas naturais. De fato, não havia, naquele momento, uma lingüística instituída, em particular nos círculos anglo-saxônicos, em que Morris circulava.

Embora pareça muito natural, essa tripartição comporta traços incômodos que não permitem, como dissemos, apreender a prática dos lingüistas atuais. Em particular, a independência dos níveis parece só ser viável porque a perspectiva de Morris é normativa (ele simplesmente diz onde esses limites estão). O domínio da semântica, nessa perspectiva, é muito restrito, porque ela trata apenas da relação entre os signos e os seus *designata*, definido frouxamente como “um *designatum* não é uma coisa, mas uma espécie de objeto ou uma classe de objetos que é levada em consideração em virtude da presença do sinal”. Estão assim excluídas da semântica todas as expressões que não capturam algo no mundo, como as preposições, os afixos, os quantificadores, os conectivos lógicos, que indicam relações entre signos, mas não designam (no sentido dado pelo autor).

Teorias semânticas contemporâneas trabalham tendo como pano de fundo uma relação muito mais “sofisticada” entre signos e denotações; hoje em dia, como pode ser atestado pela leitura do manual de Heim & Kratzer (1998), entre outros, as denotações são funções, objetos matemáticos, que ligam uma linguagem sintaticamente bem formada a um modelo de mundo. Veja que, então, a semântica depende da sintaxe. Assim, advérbios como ‘infelizmente’ que indicam a relação do intérprete com o *designata* estão fora do campo da semântica morrisiana; mas estão dentro do escopo da semântica contemporânea, porque podemos entendê-los como uma função que atua sobre uma proposição gerando uma nova proposição. O campo da semântica atual é mais amplo, porque a noção de “referência”, melhor seria dizer “extensão”, é mais abstrata do que a de *designata*.

Os indiciais, como ‘eu’, ‘aqui’, estão também fora do âmbito da semântica, já que não estabelecem uma relação direta entre signo e *designata*, mas só o fazem via intérpretes. Não há, no entanto, um nível signo-*designata*-intérpretes na divisão de Morris; o que significa que não é possível encaixar o seu estudo em quaisquer dessas disciplinas. Os dêiticos constituem, de fato, um caso problemático, no sentido de definir

se seu estatuto é semântico ou pragmático ou ambos. Se, por exemplo, tomamos o manual de semântica de Heim & Kratzer (1998), veremos que a única passagem sobre dêixis entende que esse conceito é desnecessário, porque ele pode ser subsumido pelo conceito de anáfora. As autoras argumentam que a separação clássica entre dêiticos e anáforas não é necessária porque em ambos os casos temos uma função de atribuição de valor para a variável que será contextual⁸. À semântica cabe a descrição da função, e, uma vez atribuído um valor para a variável, o estabelecimento das relações semânticas que daí advém; mas a atribuição do valor é pragmática.

Em contraste com a semântica, a pragmática de Morris é por demais ampla e amorfa: “pragmática (afirma Morris) diz respeito aos aspectos bióticos da semiose, isto é, a todos os fenômenos psicológicos, biológicos, sociológicos que ocorrem no funcionamento do signo”. Não é de estranhar que na definição de Levinson (1983) a sociolinguística e a psicolinguística sejam englobadas como pragmática; com a ressalva de que essa é, segundo Levinson, a vertente europeia da pragmática. Em certo sentido, até mesmo a troca de informações de um organismo com o meio é semiose. Na atualidade, os estudos em pragmática, ao menos os que se filiam à linguística anglo-saxônica, se restringem a fenômenos linguísticos ou a fenômenos que pertencem apenas à semiose linguística. Além disso, nos dias atuais, parece já estar estabelecido que a pragmática se distingue da sociolinguística e da psicolinguística.

Morris parece sugerir que pode haver uma pragmática que não depende da semântica, isto é, da relação entre os signos e sua referência, porque ela diz respeito apenas à relação dos signos com os intérpretes. A pragmática não precisaria, portanto, de uma relação de referência entre signo e *designata*. Esta parece ser a proposta atual de Chomsky (2002) que, também de um ponto de vista normativo, descarta a possibilidade de uma teoria da referência, precisamente porque, dentro do quadro teórico que ele traça, não pode haver uma relação nomológica (seja de leis estabelecidas causalmente entre signos e objetos no mundo, seja de leis convencionais) entre signos e referentes, já que tal relação implicaria uma restrição à liberdade do falante que, a princípio, pode usar o signo para se referir ao que ele desejar. Referir-se a algo é um uso e enquanto tal do domínio da pragmática que, como já apontamos, segundo Chomsky não é passível de um estudo científico. Assim, não há uma relação causal entre ‘água’ e água, nem

⁸ Neste manual, as autoras adotam a perspectiva de Stalnaker (1972), na qual contexto é entendido como fundo conversacional compartilhado, isto é, um conjunto de mundos possíveis que são compatíveis com a situação de interlocução.

tampouco uma relação de convenção; nada impede o falante de usar ‘água’ para se referir a qualquer coisa; se despejarmos um saquinho de chá numa caixa d’água, teremos na verdade chá e não água, mas podemos nos referir ao líquido como ‘água’. De qualquer forma, se for o caso de que não é possível uma teoria (no sentido forte do termo) da referência, então a pragmática não precisa da semântica, no sentido de Morris, que, por sua vez, também independe da pragmática, já que não pode estar ancorada no uso (que é assistemático). Estamos, portanto, diante de disciplinas autônomas⁹.

Chomsky, no entanto, parece estar se colocando, mais uma vez, a problemática das condições necessárias e suficientes para haver linguagem: uma relação sistemática entre signo e *designata* é condição necessária à linguagem? Sua resposta parece ser negativa. Mas há, por um lado, argumentos fortes para manter a posição contrária, mesmo que abandonando a idéia de uma relação de causalidade ou de convencionalidade entre signos e referentes. Essa é, por exemplo, a posição de Davidson (1986) para quem a linguagem não é convencional e nem há uma relação causal simples entre signos e objetos (embora, haja uma relação de “correspondência holística”¹⁰); porém, ter uma língua implica em ter sistematicidades dentro do sistema.¹¹ Assim, posso usar ‘água’ para me referir ao que eu desejar, mas ‘água’ tem um lugar sistemático na “teoria” semântica do falante e essa sistematicidade entra nos jogos de aposta que caracterizam a interpretação. O falante disse ‘água’ que, eu aposto, significa na fala dele o mesmo que ‘água’ significa na minha fala. E ‘água’ na minha fala significa a contribuição que ela dá em todas as sentenças em que ela ocorre. A referência ocorre no confronto da semiose, na triangulação entre falante, ouvinte e objeto (mundo).

Não é nenhuma novidade que abordar o problema da relação entre signos e referentes é entrar em águas tumultuosas, mas esclarecê-la pode ajudar a entender os limites da semântica. Para os nossos propósitos não interessa levar esse debate a fundo, porque, do nosso ponto de vista, a questão a ser colocada sobre a distinção entre

⁹ É bom lembrar que a posição de Chomsky deriva diretamente do que ele considera como “científico”: ser científico é ser sistematizado por regras nomológico-dedutivas, e nada mais é científico. Os fenômenos que envolvem referência claramente não o são. Isso, contudo, não quer dizer que eles sejam automaticamente a-sistematizáveis. Como veremos mais adiante no texto, os fenômenos referenciais podem ser caracterizados como abduções e serem regidos por raciocínios não-monotônicos. A única razão para Chomsky dizer que esses fenômenos não são científicos é sua visão (conservadora) do que é ciência.

¹⁰ Davidson defende o holismo semântico, fortemente criticado por Fodor (ver em particular Fodor & LePore (1992)), que defende uma relação causal entre signos e referentes.

¹¹ Sobre a sistematicidade ver 1984 [1970]; ver também os argumentos de Davidson (1984 [1977], 1990) sobre triangulação (o eu, o outro e o objeto).

semântica e pragmática é: como os estudos em pragmática se dão? Como os pesquisadores praticam a semântica? Como se faz pesquisa, hoje em dia, em pragmática e em semântica? Se adotarmos como padrão o texto recente de Levinson (2000), veremos que sua análise pragmática ancora-se na semântica, que fornece, para usar uma terminologia que pode ser enganadora, o significado da sentença a partir do qual se dá o raciocínio inferencial. Há, pois, uma relação de dependência da semântica, mas Levinson não considera que a semântica é o *input* da pragmática, porque ela também depende da pragmática. Não há como determinar a proposição expressa por uma sentença, tarefa da semântica, sem a relação de referência (via convenção ou via relação causal) que se estabelece no uso (pragmática). Ou seja, a referência é pragmática e ela é pressuposta pela semântica. A mesma posição pode ser lida em Heim & Kratzer (1998).

Ao mesmo tempo em que a aposta da sistematicidade entre palavras e objetos sustenta a determinação da proposição, cujo estudo pertence à semântica, ela é ponto de partida para outras apostas. Não há nada que impeça o falante de usar ‘cachorro’ para se referir ao seu gatinho ou ao que ele quiser, mas nesse caso a aposta de que há sistematicidade se mantém e outros fatores são mobilizados precisamente porque é preciso manter a assunção da sistematicidade e a aposta de que a sistematicidade do intérprete é a mesma do falante.¹² É possível sustentar, como faz Chomsky, que a relação de referência não faz parte da semântica, uma vez que ela ocorre na inter-relação entre signos e *designata* via intérpretes, mas não há semântica sem alguma pressuposição de remissão para fora do sistema, nem que essa remissão ocorra como resultado do próprio funcionamento do sistema, como parece indicar Davidson. O problema é que para Chomsky não é possível haver esse espaço para a entrada do não-lingüístico, uma vez que a semântica é parte da sintaxe. Como, então, o sistema semântico pode funcionar? Uma saída é manter que há modularidade, como fazem Heim & Kratzer (1998), e considerar a semântica um módulo independente da sintaxe, porque o módulo semântico tem acesso a informações externas.¹³ A outra, consiste em entender que não há modularidade, mas processamentos interdependentes: a pragmática ocorre “antes” e “depois” da semântica.¹⁴

¹² Se, numa situação comunicativa, alguém usa ‘cachorro’ para se referir a um gato, o intérprete tem duas saídas, supondo que em sua língua ‘cachorro’ se refere a cachorro: o falante não atribui às palavras o mesmo sentido que eu; o falante atribui o mesmo sentido e está “provocando” uma implicatura.

¹³ Como é senso comum na literatura, o gerativismo endossa a visão, levada a cabo por Fodor (1975), de que a mente é modular.

¹⁴ Os trabalhos recentes de Chierchia (2004) e Fox (2004 e 2006) apontam também para a interferência da pragmática no processamento sintático.

A conclusão parece ser que, diferentemente do que postulava Morris, os pesquisadores atuais concordam que ao menos a pragmática depende da semântica, ou seja, não é possível definir a pragmática como a relação entre signos e intérpretes. A idéia de que a semântica depende da pragmática parece menos difundida, antes por uma má compreensão do contexto, porque muitos autores acabam afirmando que a semântica é dependente do contexto sem se dar conta de que sua posição é então de que ela depende da pragmática.

Em um contexto muito distinto, seu concurso de titulação, Ilari (2000 [1997]) também se debruça sobre o problema da distinção entre semântica e pragmática. Ilari entende que a diferença básica não está na relação dos signos com suas referências e entre eles e os interlocutores, o que está de acordo com a discussão anterior, mas no próprio objeto de análise: à semântica cabe a análise dos fenômenos calculáveis, ao passo que fenômenos não calculáveis ficam no domínio da pragmática. É possível ler nessa distinção algo muito próximo do movimento de Chomsky (2002), para quem a diferença básica entre ser passível de um tratamento naturalista, ou não, é ser, ou não, calculável, no sentido de ser ou não previsível, nomológico, isto é, ter caráter de lei natural (causal): a pragmática, porque depende da “vontade” (do livre-arbítrio, em Chomsky) do falante, é imprevisível e por isso não pode ser estudada cientificamente. Ilari, numa posição que nos parece mais saudável, porque é menos normativa, não relega a pragmática ao não-científico, mas endossa a hipótese de que nela estão os fenômenos imprevisíveis, deixando aberta a possibilidade da ciência estudar fenômenos “imprevisíveis”¹⁵.

É preciso ressaltar que a distinção que Ilari está traçando diz respeito à natureza dos objetos (como também em Chomsky) e não à possibilidade de engendrarmos uma linguagem formal que possa mimetizar esses objetos, evitando assim uma confusão muito comum e nefasta entre ser formal e ser formalizável, entendendo-se por formalizável algo que é passível de ser traduzido para uma linguagem lógica. Não parece haver dúvidas de que a pragmática é tão passível de ser formalizada quanto a sintaxe ou a semântica; o que não significa que seu objeto seja formal. Em que consiste essa diferença? Para Ilari, há, no domínio da pragmática, a intervenção do imponderável, a presença do raciocínio não-lógico, ou seja, nem a dedução, nem a indução, mas a abdução, em que entram no “cálculo”, por exemplo, o gosto e a

¹⁵ O que de fato é o caso nas ciências duras atuais, como a física e a teoria do caos, por exemplo.

subjetividade do falante.¹⁶ Mais uma vez, estamos, de fato, muito próximos a Chomsky, porque a natureza do objeto semântico e do pragmático é distinta: o objeto semântico é previsível (um cálculo que vale sempre), ao passo que o pragmático só pode ser “calculado” *a posteriori*, isto é, podemos explicar o cálculo depois que o fizemos, mas não há como saber de antemão o resultado, porque ele depende de fatores imponderáveis (de uma combinação de muitos fatores).

As implicaturas conversacionais griceanas são o exemplo prototípico para Ilari de um fenômeno pragmático; enquanto que fenômenos como dêixis, pressuposição e mesmo atos de fala, que foram considerados pragmáticos, são entendidos como semânticos, porque são previsíveis. Por exemplo, ao proferir ‘Prometo X’ o falante sempre se compromete com a realização de X: assim, de ‘Prometo X’ podemos inferir ‘Me comprometo com a realização de X’.¹⁷ Não é possível, no entanto, prever se ao proferir (1) o falante está ou não implicando (2), pode ser que esteja e pode ser que não esteja:

- (1) Maria saiu.
- (2) Podemos ir embora.

A inferência de (1) para (2) só é possível se, dado um tanto de conhecimento compartilhado por falante e ouvinte (um contexto), o ouvinte fizer uma aposta de que é essa a intenção do falante. O sistema por si só não pode gerar essa inferência. Podemos, depois de interpretar a intenção do falante, com o auxílio de hipóteses advindas desse fundo compartilhado (e que são, portanto, únicas), explicar como se deu o nosso raciocínio para chegar até o que o falante quis dizer; mas o ponto é que não podemos saber de antemão se o falante quer dizer (2) ao proferir (1). Assim, não há como prever que (2) é uma inferência de (1). Contraste com as sentenças abaixo:

- (3) João parou de bater na mulher.
- (4) João batia na mulher.

¹⁶ A referência aqui é certamente a reflexão de Parret (1997), para quem o raciocínio pragmático é o julgamento estético, no sentido kantiano.

¹⁷ Como veremos adiante, na seção seguinte, esse raciocínio não vale para os atos de fala indireto.

A inferência de (3) para (4) parece ser previsível e pode-se imaginar que ela poderia, inclusive, ser tratada como uma questão de léxico, como aponta Ilari¹⁸: a locução ‘parar de X’ carrega a pressuposição de que já se fazia algo antes; isto é, ela exige um contexto em que é informação compartilhada que João fazia algo antes.¹⁹ Vamos, mais adiante, nos deter na pressuposição, porque seu lugar na semântica ou na pragmática tem sido muito debatido e a questão não parece ter uma resolução simples.

A proposta de partição em Ilari toca num ponto que certamente norteia a prática dos pesquisadores, mas apresenta uma série de problemas, se quisermos usá-la para avaliar o que os pesquisadores fazem hoje em dia. Em primeiro lugar, Ilari não distingue as implicaturas conversacionais generalizadas das particularizadas, como faz Grice (1975). A hipótese de que as implicaturas não são previsíveis se aplica muito bem às particularizadas, exemplificada acima no par (1) e (2), mas não às generalizadas. É muito previsível que da sentença em (5) se infira a sentença em (6):

(5) Alguns alunos tiraram 10 na prova.

(6) Nem todos os alunos tiraram 10 na prova.

Esse é, de fato, um caso tão previsível que mesmo lingüistas, sem formação em pragmática, têm dificuldade em enxergar que a sentença em (6) é uma inferência (e não um acarretamento).²⁰ Sabemos, no entanto, que (6) não é acarretada por (5), tanto que ela pode ser cancelada, como ocorre em (7):

(7) Alguns alunos tiraram 10 na prova. De fato, todos tiraram 10.

O funcionamento dessa implicatura, que, a partir dos trabalhos de Horn (1972), ganhou o nome de “implicatura escalar”, é não apenas previsível, mas, num certo sentido, calculável: ‘todos’ e ‘alguns’ formam uma escala de acarretamento, na medida em que ‘todos’ acarreta ‘alguns’, mas não vice-versa. A implicatura ocorre porque o falante pode *escolher* entre as duas alternativas, isto é, ele pode proferir ‘todos os alunos

¹⁸ Mais adiante veremos que essa questão não é simples.

¹⁹ Embora seja comum entender que ‘parar de V’ pressupõe que o sujeito da sentença fazia V, é preciso que a pressuposição seja mais fraca, uma vez que é possível focalizar o V, apresentando-o como informação nova:

- O que João parou de fazer?

- João parou de FUMAR.

²⁰ Nesse artigo, para evitar confusões vamos reservar o termo “inferência” para os raciocínios não-monotônicos e “acarretamento” para indicar as inferências lógicas.

tiraram 10 na prova’ ou ‘alguns alunos tiraram 10 na prova’. Ora, supondo que ele é cooperativo e quer dar o máximo de informação, se ele soubesse que todos os alunos tiraram 10 na prova, ele teria que ter dito isso, porque essa é a afirmação mais informativa. Como ele não disse isso é porque ele não pode fazer tal afirmação sem violar a máxima da qualidade (“diga somente aquilo para o que você tem evidência”); logo ele não tem evidência de que foram todos os alunos que tiraram 10²¹. Por isso ele profere uma afirmação mais fraca, e desse proferimento seu ouvinte está licenciado a inferir que a outra alternativa não é verdadeira.

Assim, parece-nos que se adotamos a proposta de Ilari nos encontramos na seguinte situação: ou bem dizemos que a pragmática pode ser previsível e aí precisamos de um outro conceito de formal para poder separá-la da semântica, ou bem restringimos o conceito de pragmática às implicaturas particularizadas, deixando à semântica as implicaturas escalares. Nesse caso, estaríamos novamente diante da metáfora da lata de lixo: mais um fenômeno antes incalculável, se mostrou calculável. Mas, se atentarmos para o procedimento dos pesquisadores, veremos que embora eles aceitem que as implicaturas escalares são calculáveis, previsíveis, eles não entendem que elas sejam semânticas (cf. Chierchia (2004), Kratzer & Shimoyama (2002), Fox (2004, 2006), entre outros).

É possível, no entanto, entender que calculável não se equipara a previsível, mas a não “apagável”, a não cancelável. Fenômenos pragmáticos podem ser previsíveis, mas eles podem ser sempre canceláveis. Fenômenos semânticos são os resultados de deduções lógicas (acarretamentos) e por isso são sempre previsíveis e não canceláveis, já que não é possível cancelar uma dedução. Nessa direção, conseguimos entender que tanto (2) quanto (6) são fenômenos pragmáticos, na medida em que são canceláveis. Levinson (2000) aponta essa como sendo a propriedade essencial das implicaturas e dos fenômenos pragmáticos: elas se ancoram em inferências não-monotônicas²², isto é, em raciocínios que podem ser refeitos ou desfeitos. Por exemplo, o seguinte raciocínio não é válido:

²¹ Na verdade, o problema aqui é um pouco mais complexo. O falante, sendo cooperativo, pode escolher usar ‘alguns’ ao invés de ‘todos’ por, pelo menos, duas razões distintas: ou ele não tem evidência (por todas as provas que ele já corrigiu, em média) para usar ‘todos’, ou ele sabe que não é um caso de emprego de ‘todos’. No primeiro caso, são as crenças do falante que estão em jogo, e no segundo o que ele de fato sabe (e que pode ser ostentado, externalizado). Note-se que no parágrafo acima, propositalmente, essas duas razões vêm misturadas, como exemplo do quão próximas elas podem ser. De qualquer modo, o falante expressa sua opinião (factual ou hipotética) ao fazer uma escolha.

²² Segundo César Mortari, a quem agradecemos a conversa sobre não-monotonicidade, há lógicas ditas não-monotônicas, porque conseguem “mimetizar” o cancelamento do raciocínio.

- (8) a. Aves voam.
- b. Pingüim é uma ave.
- c. Pingüim voa.

(8c) não se segue da verdade de (8a) e (8b). Sentenças genéricas, como (8a), precisamente porque afirmam uma generalidade, dão espaço para a exceção, e se constituem assim em exemplos prototípicos de raciocínios não-monotônicos. Há tentativas de apreender semanticamente a existência de exceções. Nesse caso, a própria semântica de uma sentença genérica já deve conter a informação de que há casos excepcionais. É esse o caminho dos pesquisadores que consideram que em (8a) há um operador modal não explícito, o operador GEN. Mas, uma vez atribuída tal semântica, não há cancelamento, já que nesse caso a semântica nos diz que (8c) não se segue necessariamente de (8a) e (8b), porque (8a) faz uma afirmação apenas sobre os mundos mais próximos ao mundo real, deixando em aberto a possibilidade de casos em que a generalização não é válida. O cancelamento só ocorre se entendermos que (8a) é uma sentença universal que não admite exceção e, nesse caso, o raciocínio de (8a) e (8b) para (8c) tem que ser suspenso.

Não é isso o que ocorre com as implicaturas escalares, porque não há como dar um tratamento semântico a elas, já que o raciocínio que sustenta as implicaturas escalares depende crucialmente de uma passagem que não pode ser justificada apenas recorrendo-se à estrutura lógica (ou semântica); há uma passagem em que a opinião do intérprete entra no “cálculo”, subjetivando-o, impondo-lhe o seu gosto e a sua sagacidade para interpretar a opção do falante. ‘Todos’ e ‘alguns’ pertencem ao mesmo domínio (quantificadores), têm a mesma frequência de uso, o mesmo número de sílabas, sendo a única diferença entre eles a informatividade: ‘todo’ acarreta ‘algum’ e é, portanto, mais informativo. Se o falante escolheu um termo e não o outro, seu interlocutor tem direito de tirar certas conclusões dessa escolha, conclusões nem sempre corretas. O máximo que o ouvinte pode inferir da escolha é que o falante não tem evidências de que não foram todos os alunos que tiraram 10; a passagem para “é o caso que não todos tiraram 10”, para (6) acima, requer um “ato de fé” por parte do intérprete; essa aposta do intérprete é crucial para as implicaturas e simplesmente está ausente do raciocínio semântico. A intervenção do “ato de fé” é precisamente o que caracteriza o

pragmático, na medida em que ele pode sempre se mostrar equivocado: não há como ter certeza de um ato de fé e podemos sempre rever a nossa posição.

Uma outra posição, hoje em dia muito corrente, ainda que clássica, aponta o contexto como o divisor de águas que separa semântica e pragmática: a pragmática mobiliza o contexto nas suas explicações; enquanto a semântica não depende do contexto. Essa distinção é tematizada por Stalnaker (1972). Neste modelo, são delegadas à pragmática duas tarefas: a explicação de como os fatores do contexto entram na determinação da proposição e como os atos lingüísticos são “performados”. Há, assim, dois tipos de problemática pragmática: uma ao redor do conceito de atos de fala, tomados no sentido amplo de entender como as implicaturas ocorrem, e outra que diz respeito a como o contexto determina a proposição.

A semântica, nessa visão, é o estudo da proposição, e por isso ela é independente da língua. É muito comum encontrarmos nas definições de semântica uma indicação de que sua tarefa é determinar as condições de verdade da sentença.²³ Mas este é um raciocínio equivocado, ao menos se nos balizarmos pelo quadro traçado por Stalnaker, porque se assim fosse não caberia à semântica definir a diferença entre

(9) João veio.

(10) Até o João veio.

Afinal, as condições de verdade dessas sentenças são as mesmas. No entanto, apenas em (10) há a pressuposição de uma escala e o posicionamento de João no ponto mais baixo dessa escala, o que permite a inferência de que todos vieram (se o falante está afirmando que (até) o menos esperado veio, então está livre para inferir que todos os demais vieram). A questão é: a proposição expressa por (9) e (10) é a mesma? Pode-se argumentar que não, se entendermos que o significado é as condições de verdade mais as condições de admissibilidade, isto é, a proposição carrega informações sobre os contextos em que ela é admissível. Neste quadro, o semanticista não estuda as condições de verdade de uma sentença, embora essa possa ser (e frequentemente é) uma maneira de chegar à proposição, afinal é a proposição que determina as condições de verdade da sentença. O semanticista estuda a proposição.

²³ Por exemplo, Gazdar (*apud* Pires de Oliveira (2004)) define a pragmática como o sentido menos as condições de verdade, que seriam, então, da alçada da semântica.

Pode-se estudar as proposições desconsiderando a língua em que ela é veiculada, embora parte do trabalho do semanticista seja explicitar as regras que permitem fazer a correspondência entre sentenças e proposições. E essa correspondência, ao menos no caso das línguas naturais, é mediada pelo contexto: isso é, recorreremos ao contexto para a determinação da proposição. Considere, por exemplo, a sentença abaixo:

(11) Ele é bonito.

O problema é que não sabemos o que (11) significa, qual proposição a sentença expressa, se não pudermos atribuir um valor à variável expressa por ‘ele’; o máximo que podemos afirmar é que (11) pressupõe que há um único indivíduo do gênero masculino saliente no contexto (sua condição de admissibilidade). Mas sem sabermos de quem estamos falando não podemos determinar a proposição e conseqüentemente não podemos atribuir-lhe um valor de verdade. Além disso, não é possível determinar *a priori* qual valor será atribuído à variável; o intérprete usa de “bom gosto” nessa determinação e não há nada que impeça que a sentença seja usada, com sucesso, para falar sobre uma mulher (o que certamente irá disparar implicaturas). É por isso que a determinação do referente é pragmática: o intérprete faz uma aposta sobre o valor da variável. Mas uma vez atribuído esse valor, obtemos a proposição que o intérprete acredita que está sendo veiculada e estamos, então, no reino da semântica.

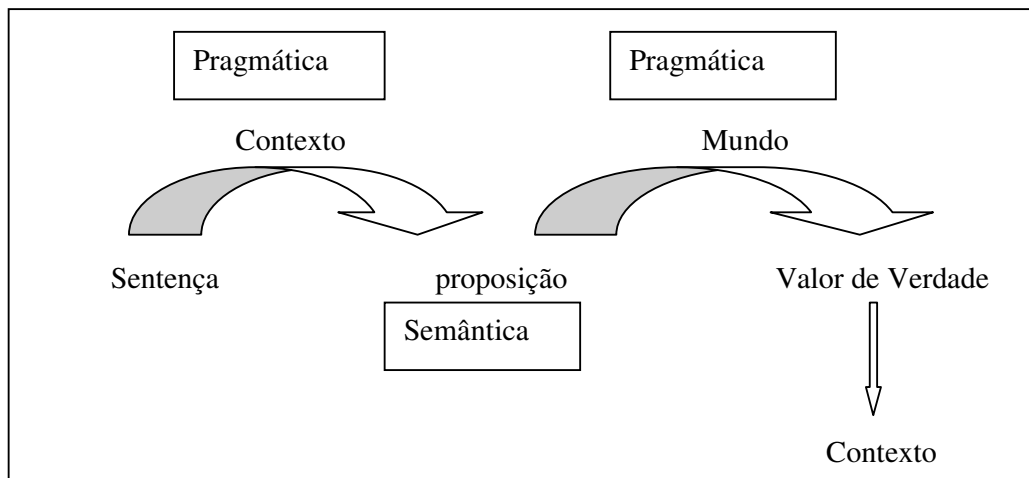
Assim, a determinação do valor da variável, mas não a proposição, é contextual. Suponha que no contexto esteja a informação de que estamos falando sobre o Robert Redford; por exemplo, o falante acabou de proferir “Ontem eu assisti um filme com o Robert Redford”. Nesse caso, esse é o indivíduo contextualmente saliente e será o candidato mais plausível para ser o valor de ‘ele’. Se assim for, então o falante veicula, através de (11), a proposição:

(12) Robert Redford é bonito.

Como a variável ganhou esse valor é uma questão para a pragmática. À semântica cabe apenas a explicitação das condições para termos uma proposição e, uma vez determinada a proposição, as relações com outras proposições. Pode muito bem ser o caso que o falante não estava falando sobre o Robert Redford, mas sobre um outro indivíduo que, no momento da fala, estava passando por ali e o intérprete não conseguiu

“sacar” que era esse o referente. Duas lições: 1. uma mesma sentença pode, então, expressar diferentes proposições, e sentenças diferentes podem expressar uma mesma proposição, como é o caso dos sinônimos, mas também das sentenças (11) e (12) na interpretação do ouvinte; 2. pode haver equívocos, que podem ou não ser desfeitos; o falante poderia, ao longo da conversa, corrigir a interpretação: eu não quis dizer o Robert Redford, mas aquele carinha ali.

Uma vez determinada a proposição ela é cotejada com o mundo e avaliada se falsa ou verdadeira, mas agora entramos mais uma vez no reino da pragmática, porque o ouvinte está agora avaliando a proposição no mundo. Stalnaker diferencia contexto e mundo: o contexto é o conjunto de mundos ao qual pertencem às proposições tomadas como verdadeiras²⁴, que entra na determinação da proposição que, cotejada ao mundo, recebe um valor de verdade e engendra um novo contexto. Eis o esquema:



3. CERTEZAS E APOSTAS

O que temos até aqui, como uma espécie de balanço das posições apresentadas acima, pode ser visto como três critérios para discernir o pragmático: a calculabilidade (Ilari, Chomsky); a presença do contexto (Stalnaker); e a não-monotonicidade ou cancelabilidade do raciocínio (Levinson). Essas três posições são certamente mais complexas e sofisticadas do que a apresentação que fizemos aqui, mas cremos que as idéias centrais estão corretamente colocadas.

²⁴ São as chamadas pressuposições pragmáticas.

Para lembrar algo que dissemos na introdução, se não tivermos um objeto pragmático (poder-se-ia dizer, ontologicamente ou constitutivamente pragmático) e um semântico, escolher entre os três critérios acima seria apenas uma questão de argumentação e persuasão: ora, sem uma distinção fundamental entre objeto semântico e pragmático, o que resta é um fenômeno que pode ser descrito ora semântica ora pragmaticamente. Como estamos num plano de descrição de fenômeno e não de fenômenos diferenciados, a escolha por uma descrição pragmática e/ou semântica cabe ao pesquisador no âmbito de sua pesquisa, nos horizontes de seus interesses, ou seja, ela é arbitrária e, portanto, pode ser normativa na medida em que enquadrar um dado trabalho automaticamente enquadra os outros, e assim fechamos um círculo já traçado na introdução.

Certamente há fenômenos que podem ser caracterizados como não calculáveis segundo Ilari, e também certamente há fenômenos cuja caracterização depende de uma maneira peculiar do contexto, como aponta Stalnaker, e certamente há fenômenos canceláveis, no sentido utilizado por Levinson. Assim, não nos parece descabido considerar que há fenômenos pragmáticos, no mínimo porque é assim que esses autores entendem suas posições; eles não acreditam que sua delimitação é arbitrária, mas, ao contrário, que ela alcança o fenômeno, individualizando sua essencialidade. Se assim for, os critérios que estamos discutindo nada mais seriam do que características desses fenômenos pragmáticos – eles não explicam os fenômenos pragmáticos, mas dizem como eles são e o fazem de uma maneira não arbitrária. Estamos, pois, advogando que o pragmático não se caracteriza por nenhuma dessas características tomadas isoladamente, mas pela sua combinação: o pragmático é não-calculável, contextual e cancelável, porque ele é da esfera da “aposta”, ele depende de um julgamento do intérprete no contexto, que, por ser “estético” (interpretar é uma arte, lembra Davidson), pode sempre se mostrar equivocado. Já o semântico, embora dependente desse julgamento em contexto, porque a caracterização da proposição só é possível a partir dele, se dá na sua independência, porque seu objeto de estudos é a proposição que se caracteriza por carregar não apenas as informações sobre as condições de verdade, mas também sobre as condições de admissibilidade (sobre o contexto em que ela é feliz).

Tomemos dois exemplos: um que confirma o modelo descrito acima, outro, que o problematiza. Como dissemos, nossa intenção não é resolver a distinção, mas esclarecê-la.

Suponha que dois sujeitos, A e B, estejam trancados em um quarto com apenas uma janela, que está fechada, e que o dia está excepcionalmente quente. Para tornar a situação ainda mais desagradável, a porta está fechada e tem que permanecer assim porque eles estão falando sobre algo secreto. Essas informações são compartilhadas e constituem o conjunto contexto. Considere que A diz para B:

(13) Puxa, está quente hoje, né?

Uma situação como essa é um protótipo de exemplo de como pensar os atos de fala indiretos: como raciocínio mais recorrente, A não quer informar a B que está quente. Ora, se assim for, as palavras de A tem outra função, querem dizer outra coisa a B, e essa coisa é, provavelmente, “Por favor, abra a janela”, “Você não quer abrir a janela”, etc., dado que essa é a única alternativa possível para circular o ar e tornar o ambiente mais agradável.

Até aqui, tudo bem, estamos no caso clássico do ato de fala indireto, uma implicatura conversacional particularizada. Mas explicar o que ocorre não é trivial. O intérprete tem que entender o que as palavras que A proferiu significam. Para tanto, ele já precisa fazer uma aposta: aposto que A usa as palavras para dizer o mesmo que eu. Aposto que ‘hoje’ é o dia em que A e B estão e assim por diante. Esses passos são necessários para se determinar a proposição.

Embora nossa confiança no mútuo entendimento das palavras seja muito grande, é preciso ter em mente que, no limite, mesmo essas apostas tão básicas são canceláveis, afinal é sempre o caso que o falante pode estar atribuindo às palavras significados diferentes daqueles que o intérprete atribui a elas. Pense-se no exemplo famoso de Davidson ‘estou com artrite na coxa’; é muito provável que o falante não usa ‘artrite’ com o mesmo sentido que nós. Além disso, essa atribuição de significado é dependente do contexto, como diz Stalnaker, porque o intérprete considera na determinação da proposição as informações compartilhadas (o que ele acredita que o falante acredita que ele acredita e assim por diante) que permitem atualizar a proposição. Finalmente, essa atribuição não é calculável no sentido de Ilari, já que ela é uma aposta do intérprete.

O mesmo vale para o raciocínio que o intérprete faz “depois” que ele determina a proposição que ele acredita que o falante está veiculando. O que quer que seja que A quer dizer para B com as palavras “Puxa, está quente hoje, né?” é também algo cancelável (o falante pode sempre consertar o equívoco: não, eu não queria que você

abrisse a janela, mas simplesmente relatar a minha opinião sobre as condições meteorológicas, até porque precisamos manter essa conversa em sigilo absoluto), não-calculável ou imprevisível (o intérprete “aposta” que o falante está indicando que a janela deveria ser aberta, mas, nessa mesma situação, as mesmas palavras atribuídas à mesma interpretação podem suscitar uma outra aposta) e, finalmente, dependente do contexto, no sentido de que é preciso cotejar a proposição com o mundo para obter um valor de verdade. Esse cotejamento é necessário para o cálculo inferencial (se for compartilhado que a sentença é falsa, proferir o falso leva a implicaturas; se for consenso que ela é sempre verdade, idem).

Não estamos preocupados em desenvolver o raciocínio completo que permite ao intérprete determinar tanto a proposição quanto inferir o ato de fala performado pelo falante através do confronto da proposição com o mundo. Descrever o processo de interpretação excede os limites desse artigo. Interessa-nos mostrar que ele está imerso, por assim dizer, no pragmático, precisamente porque ele tem essas três características (contextual, cancelável e não previsível), que só podem ser evocadas na presença de um sujeito que interpreta, uma subjetividade que faz uma aposta, uma aposta que deve ser feita para que se possa fazer semântica, mas que vai além dela.

Vejamos o exemplo trabalhado mais detalhadamente:

- a) A e B sabem que está quente hoje;
- b) A e B sabem as condições em que estão (e sabem que o outro sabe que ele sabe...);
- c) A diz “Puxa, está quente hoje, né?”;
- d) B aposta que A está usando as palavras com sentido próximo ao que B usa;
- e) B aposta que A está se referindo ao dia em que eles estão;
- f) B aposta que A está veiculando a proposição: ‘Está quente no dia em que estou proferindo essa sentença’;
- g) B atualiza, então, o conjunto contexto, expulsando os mundos em que no dia do proferimento da sentença está frio (note, no entanto, que dado o item a) essa já era uma informação pressuposta, o que dá ensejo para raciocínios de implicaturas);

- h) B aposta que A não está sendo redundante²⁵, não está dando uma informação que ambos sabem que ambos já sabem;
- i) Se é assim e dado que ambos sabem que está quente, sob as palavras de A deve ter alguma coisa a mais;
- j) Tendo tudo isso em mente, B faz, mais uma vez, uma espécie de aposta sobre o que A tem em mente ou tem como intenção quando diz “Puxa, está quente hoje, né?”;
- k) Devido ao mundo em que estão, uma aposta interessante que B pode fazer é abrir a janela ou perguntar para A, “Você quer que eu abra a janela?”.

Pode ser então que A responda, “Não, obrigado”, e essa resposta nos mostra que a aposta de B, provavelmente na passagem em j), não estava correta, e foi cancelada; mostra também que não é toda situação como a descrita acima que permite que de alguém dizer “Puxa, está quente hoje, né?” chegue-se à conclusão que devemos abrir a janela, essa aposta não é sempre previsível. Como se trata de aposta, do item d) em diante, é sempre possível (em princípio) cancelar. Note que o pragmático envolve o semântico, que se restringe ao proposicional (e às inferências daí advindas). Se a aposta em d) está correta, então determinada a proposição, pode-se inferir que no dia em questão não está frio.²⁶

O segundo caso, aquele que problematiza nossa proposta, é a pressuposição. Como já dissemos, as pressuposições causaram (e causam) muita polêmica e talvez seja o caso, como parece indicar Stalnaker, que haja pressuposições semânticas e pressuposições pragmáticas. Considere a sentença abaixo:

²⁵ Note que estamos considerando que B aposta que A não está sendo redundante, mas ele poderia fazer uma outra aposta: A está sendo redundante, o que daria ensejo a outras implicaturas,

²⁶ Raciocínio similar pode ser feito para explicar a implicatura escalar. Suponha que A e B estão ansiosos com a festa que preparam, com a expectativa de que todos os convidados compareçam. Numa certa altura da noite, antes que o álcool fizesse todo o efeito que pudesse fazer, A vai checar com B se todo mundo veio mesmo para festa e B diz:

- (1) Alguns convidados vieram

E essa resposta entristece A. A tem razão de estar triste. Sabemos que ‘todos’ acarreta ‘alguns’, mas que ‘alguns’ não exclui ‘todos’. Assim, A está triste devido a uma aposta que ele faz ao ouvir a afirmação de B: se B é cooperativo e me dá toda a informação que pode (que crê e/ou sabe ser verdadeira) e usa ‘alguns’ ao invés de ‘todos’, é porque não se pode usar ‘todos’, logo, pensa A, tenho razão para ficar triste, já que B está implicando que nem todos os convidados vieram. Imediatamente após responder a A, B se lembra de uns convidados que estavam conversando no quintal da casa e diz prontamente: “Não! Na verdade, todos vieram”. Para alívio de A, sua aposta estava errada – isso mostra que ela é cancelável, não é sempre previsível e depende do contexto.

(14) João chegou tarde também.

Não é muito simples estabelecer a pressuposição disparada por ‘também’ e há aqui uma estreita relação com foco, com o segmento acentuado prosodicamente. São duas as pressuposições possíveis: alguém mais além do João chegou tarde e João fez alguma outra coisa além de chegar tarde. O fato de que a determinação da pressuposição depende do contexto não a torna pragmática, já que a proposição carrega a informação que há uma pressuposição e o foco vai indicar onde está a informação posta. A satisfação da pressuposição é pragmática, mas ela é uma instrução que está na proposição. Se assim for, veiculamos proposições diferentes nos dois casos acima e a pressuposição disparada por ‘também’ deve ser suficientemente “flexível” para poder acomodar essas diferentes possibilidades. Logo, a dependência contextual da pressuposição parece ser semelhante à dependência dos dêiticos.

Vimos acima que Ilari considera que as pressuposições são previsíveis, o que o leva a considerá-las semânticas. Mas vimos que as implicaturas escalares são também previsíveis, mas são pragmáticas porque canceláveis. Seriam as pressuposições canceláveis? Essa não é uma questão trivial. Há, aparentemente, dois casos que podem levar a acreditar que as pressuposições são canceláveis. Suponha que a sentença abaixo é proferida por Maria num contexto em que se está discutindo a eleição de Maluf para a Câmara dos Deputados e que é informação compartilhada que a Maria jamais votaria no Maluf:

(15) Eu não lamento ter votado no Maluf.

Como se sabe, ‘lamentar’ é um verbo factivo que pressupõe que houve o evento descrito pela oração infinitiva. No contexto, essa pressuposição é falsa e da sentença em (15) se infere que o falante não lamenta porque ele não votou no Maluf (se ele tivesse votado, ele estaria arrependido). Pode-se descrever essa situação como cancelamento da pressuposição, mas também é possível ver aí uma negação metalingüística, em que se nega a pressuposição.²⁷ Negar a pressuposição não é cancelá-la.

²⁷ Em geral, entende-se que a negação metalingüística envolve a menção e não o uso de uma palavra, como em ‘Maria não é bonita, é linda’. Há, contudo, autores que entendem que há várias maneiras de se

Um dos nós mais difíceis que uma teoria da pressuposição enfrenta é o problema da projeção: há contextos em que as pressuposições são projetadas (é o caso da negação), e há contextos em que elas não são sempre projetadas, o que pode ser entendido como uma forma de cancelamento²⁸. Considere a sentença em (14) na interpretação em que ela pressupõe que alguém além do João chegou na hora. No discurso em (16), essa pressuposição não se projeta, isto é, (16) não pressupõe que alguém além de João chegou na hora, porque essa informação é dada pela sentença anterior:

(16) Maria chegou na hora e João chegou na hora também.

Na proposta da semântica dinâmica, em particular no modelo de Heim (1982), o significado de uma sentença é o seu potencial de mudança contextual²⁹, nos moldes apresentados no diagrama acima que fecha a seção anterior. Ao mesmo tempo, o significado de uma sentença são as suas condições de verdade e as suas condições de admissibilidade. A sentença em (14) exige um contexto que acarrete que alguém além de João chegou atrasado, essa mesma exigência ocorre também quando ela está inserida na conjunção, como em (16), mas neste caso, a pressuposição não se projeta para a sentença complexa porque a sentença ‘Maria chegou na hora’ fornece essa informação, ela é o contexto para a interpretação de ‘João chegou na hora também’; se é assim, quando ‘João chegou na hora também’ é interpretado só há, no conjunto contexto, mundos em que Maria chegou na hora; logo a pressuposição é satisfeita localmente e não se projeta para a sentença como um todo.

Na sentença em (17), a descrição definida ‘o rei da França’ exige um contexto em que há um único rei da França. Veja, no entanto, que interpretar (17) não nos compromete com a existência do rei da França:

(17) Se há rei da França, o rei da França é careca.

negar metalingüisticamente, uma é negar a pressuposição: se você tomou como verdadeiro que eu votei no Maluf, estou veiculando que essa pressuposição é falsa.

²⁸ Gazdar (1979) e Soames (1989) (*apud* Pires de Oliveira, 2004) propuseram que as pressuposições podem ser canceladas, mas essa posição se mostrou insuficiente para explicar vários casos.

²⁹ Para uma descrição pormenorizada do modelo de Heim ver Pires de Oliveira (2004).

Veja que na proposta de Ilari as pressuposições são previsíveis, mas se este é o caso, então (17) deveria pressupor que há um e um único rei da França.³⁰ Haveria aqui cancelamento? Se houver cancelamento estamos diante de um fenômeno pragmático. Mas é possível entender que não há cancelamento dentro do modelo que estávamos apresentando. O antecedente de um condicional indicativo tem como condição de admissibilidade que o contexto seja compatível com a proposição expressa pelo antecedente e com a sua negação. Ou seja, o conjunto contexto contém mundos em que há rei da França e mundos em que não há rei da França. O conseqüente exige como contexto apenas mundos em que há rei. Essa exigência é satisfeita localmente, apenas para o processamento da proposição expressa pelo conseqüente, mas não se projeta para o contexto geral.

Na proposta que esboçamos, a pressuposição é parte do conteúdo semântico porque ela indica os contextos em que a sentença é feliz. Nesse sentido, elas não são canceláveis, mas podem ou não ser satisfeitas e se projetarem ou não. Tanto a satisfação ou não dessa exigência quanto sua projeção são pragmáticas, porque dependentes do contexto. Mas se entendermos que pressuposição é a informação compartilhada pelo falante e pelo ouvinte, o fundo conversacional compartilhado, sem que essa instrução esteja dada na proposição, estamos diante de pressuposições pragmáticas. Por exemplo, em geral tomamos como pressuposto (pragmático) que a Terra gira em torno do Sol, que há gravidade, que o Brasil é um país da América Latina... O estabelecimento desse conjunto é uma aposta: eu aposto que o meu ouvinte acredita, como eu, que há um mundo, que as pessoas são racionais...

Os exemplos acima exemplificam as estratégias da pragmática e da semântica. O domínio da pragmática é aquele que se ampara em apostas que, por sua vez, estão respaldadas por algum princípio de “convivência”, vamos dizer assim, tacitamente assumido pelos interlocutores; seja esse o princípio da cooperação como em Grice, seja o princípio de caridade de Davidson, que impõe como condição necessária para a comunicação que os interlocutores atribuam um ao outro uma racionalidade parecida, ou algum outro princípio. Não estamos aqui interessados em discutir as diferentes abordagens pragmáticas, mas em ressaltarmos o que caracteriza o pragmático: a presença inevitável de uma aposta que pode se mostrar equivocada e por isso é

³⁰ É por isso que não podemos tratar a informação de que há uma pressuposição em ‘parar de’ no léxico. Se assim o fizermos teremos problemas com sentenças como:

(1) Se João um dia bateu na mulher, ele já parou de bater.

Em que a pressuposição de que João batia não se projeta para a sentença complexa.

cancelável; uma aposta que está presente antes e depois da semântica. Mas nem só de apostas vive a língua, podemos dizer jocosamente. No jogo que caracteriza nossa mútua interação lingüística, há também muitas certezas, que compõem o domínio do semântico. As pressuposições semânticas são exemplos de certezas.

Ao longo dos trabalhos de quem faz semântica e pragmática, e aqui pensamos, respectivamente, em Heim & Krazter (1998) e Levinson (2000), que nos serviram de guias, as explicações que encontramos em um e outro podem ser feitas segundo as apostas ou segundo as certezas que os falantes têm. Ao lidar com certezas, os tipos de expedientes explicativos invocados são perfeitamente caracterizados como relações lógicas, e encontramos aqui axiomas a partir de um léxico definido aprioristicamente, precisamente porque a sua determinação depende também de uma aposta, que é excluída do semântico. Uma vez acordado que ‘quente’ significa quente e assim por diante, e estabelecidas as regras de composição e inferências, a máquina semântica funciona cegamente na geração da proposição. Ao lidar com as apostas, manipulamos concomitantemente um elemento que não pode ser capturado com o ferramental utilizado para lidar com as certezas: a intencionalidade que os interlocutores atribuem uns aos outros durante uma interação.

Alguém pode apontar aqui dois equívocos que já procuramos desfazer ao longo de nossa exposição: o primeiro deles seria identificar, na presente exposição, a pragmática com o estudo das intenções dos falantes; não cremos ser esse o caso. A pragmática que vemos, pelo menos em Levinson e naqueles por ele resenhados, estuda, antes, as apostas de interpretação que desenham uma intenção do falante que se coloca no e pelo próprio ato de fala (na comunicação). A pragmática estuda a atribuição de intencionalidades (e as apostas do falante de que o intérprete vai fazer tal e qual atribuição), e os raciocínios que o falante acredita que seu interlocutor é capaz de realizar, dada uma ancoragem numa aposta fundamental (seja ela o princípio de cooperação ou o princípio de caridade). Estamos no reino dos espelhos, em que vejo no outro o meu reflexo e aposto que ele vê em mim o seu próprio reflexo.

O segundo equívoco consistiria em entender que nossa afirmação de que as explicações pragmáticas lançam mão da atribuição de intencionalidade ao falante ignora a “intencionalidade semântica”, segundo a qual coisas muito basilares são garantidas, como, por exemplo, todos nós atribuímos (e devemos) atribuir, para garantir uma interação, um valor similar (sentido e referência) para as palavras. Sendo assim, dizer que a pragmática é dependente de uma intencionalidade não pode ser algo que a

diferencie da semântica, justamente devido à “intencionalidade semântica”, que reveste o semântico. Mas, como procuramos deixar claro, a semântica se faz uma vez que se atribui um sentido às palavras; essa atribuição é, obviamente, uma aposta. Uma vez feita a aposta (primordial), o sistema funciona “nomologicamente”.

Se a seção anterior se fechou com um diagrama, essa se encerra numa analogia. Imersos num grande número de “ruídos”, advindos das mais diversas fontes, que são justamente os fatores que influenciam nossas apostas, destacamos do ruído sonoro que nosso “semelhante” emite, a aposta de que esse é um som interpretável, o ensejo para estruturarmos um pensamento que atribuímos ao falante e supor que seu ato de fala tem outras motivações além de provocar em mim o pensamento que ele pretende evocar; evocar esse pensamento enseja outros pensamentos. Podemos pensar que a pragmática “envolve” a semântica nesse sentido específico: aposto para chegar à proposição (pragmática), da proposição (semântica) faço outras apostas (pragmática).

4. SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA E SEUS RESPECTIVOS MISTÉRIOS

Num texto hoje em dia pouco (re)lido, Lahud (1977) mostra que boa parte do pensamento sobre linguagem se deu (e talvez ainda se dê) sob o pano de fundo de uma certa concepção de signo, segundo a qual ele é entendido como composto por duas partes essencialmente distintas, o significante (a materialidade lingüística) e o significado. Essa maneira de entender o signo coloca, de imediato, duas questões ou mistérios: o mistério da significação, ou seja, como é possível que substâncias distintas (linguagem e exterior à linguagem) se unam; e o mistério da comunicação, ou seja, o que garante que os falantes de uma mesma comunidade estabeleçam de maneira mais ou menos idêntica as relações entre linguagem e exterior à linguagem. Historicamente, nos diz Lahud, essas questões receberam diferentes respostas. É possível entender os modelos teóricos mais contemporâneos, o estruturalismo e o gerativismo, representados por Saussure e Chomsky, respectivamente, como ancorados em uma certa maneira de resolver esses mistérios, que consiste, mais um vez, em lançá-los para outras instâncias do conhecimento. Em Chomsky, a relação entre significante e significado é explicada pela presença da sintaxe, que, ao fim e ao cabo, é explicada por uma instância externa, uma certa biologia. É a biologia que explica (ou dilui) os mistérios. Saussure lega esses mistérios à sociologia, porque o conceito de língua que ele trabalha se ancora num

conceito de fato social, cuja determinação está nas mãos da sociologia. Cabe à sociologia explicar o fato social da língua.

Uma leitura possível do texto de Lahud aponta que, para poder trabalhar, o cientista que faz determinada questão precisa se ancorar em conceitos que são pressupostos, dados como inquestionáveis, o seu fundo conversacional, e cuja definição estaria a cargo de uma outra disciplina. Embora no caso da distinção entre semântica e pragmática não haja um consenso na lingüística tão forte quanto a compreensão da dupla face do signo (intermediada ou não pela sintaxe), a não ser a certeza de que há as duas disciplinas (não parece haver autores, ao menos na tradição anglo-saxônica, que defendam a existência apenas da pragmática ou apenas da semântica), é possível transpor a hipótese epistemológica de Lahud de que há sempre um não-dito, remetido a outro domínio do saber, que é anteparo para a construção de uma dada teoria. Esse movimento de remissão de conceitos a outros campos está também presente na distinção entre semântica e pragmática, dando-lhe suporte.

Ao considerar que a semântica se interessa pelas condições de possibilidade da proposição e pelas relações que ela estabelece com outras proposições, deixamos à filosofia da lógica a definição de proposição. Se de fato é o caso que a pragmática se interessa por apostas feitas mediante a atribuição de intenções, deixamos à filosofia da mente e da ação uma definição de intenção. A semântica e a pragmática, como de resto toda disciplina científica, se fazem considerando noções que lhe são externas, e o que nos interessa notar aqui é que os exteriores da semântica e da pragmática são distintos.

Se nossa discussão está correta, uma consequência é que os limites entre semântica e pragmática nada tem de vagueza ou indeterminação, eles são muito claros: a semântica lida com a proposição, a pragmática com o ato de determinar e interpretar proposições. Esse modo de traçar a distinção permite entender o papel diferenciado do contexto na pragmática e na semântica, o lugar do calculável (previsível) na semântica e na pragmática (os cálculos são de natureza distintas) e a possibilidade do cancelamento na pragmática e da não satisfação na semântica. Permite ainda entender que a intencionalidade baliza a ação interpretativa, quer na sua face semântica quer na sua face pragmática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAR-HILLEL, Y. Out of the Pragmatic Wastebasket. In: *Linguistic Inquiry* . 401-407, 1971.
2. CHIERCHIA, G. Scalar implicatures, polarity phenomena, and the syntax/pragmatics interface. In: BELLETTI, A. (ed.) *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
3. CHOMSKY, N. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
4. DAVIDSON, D. Semantics for natural languages. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Claredon, 1984 (1970).
5. _____. The Method Truth in Metaphysics. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Claredon, 1984 (1977).
6. _____. A Nice Derangement of epitaphs. In: LEPORE, E. (ed.), *Truth and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 1986.
7. _____. The Social Aspect of Language. MS, Berkeley, University of California, 1990.
8. FODOR, J. *The Language of Thought*. New York: Crowell, 1975.
9. FODOR J, & E. LEPORE. *Holims: a Shopper's Guide*. Oxford: Blackwell, 1992.
10. FOX, D. Back to the theory of implicatures. http://mit.edu/linguistics/www/fox/pdf/class_4.pdf, 2004.
11. _____. Free choice and the theory of scalar implicatures. <http://mit.edu/linguistics/www/fox/pdf>, 2006.
12. GRICE. H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P. e J. L. MORGEN (eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, 1975.
13. HEIM, I. *The Semantics of definite and indefinite noun phrases*. PhD Dissertation, University of Massachussets, 1982.
14. HEIM, I. & A. KRATZER. *Semantics in Generative Grammar*. Malden, Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
15. HORN, Laurence. *On the semantic properties of the logical operators in English*. Bloomington, IN: Indiana University Linguistics Club, 1972.
16. ILARI, R. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 9, número 1, pp. 109-162. Belo Horizonte: UFMG, 2000 [1997].

17. KRATZER & SHIMOYAMA. Indeterminate Pronouns: the view from Japanese. In Y. OTSU (ed.), *Proceedings of the Third Tokyo Conference on Psycholinguistics*. Tokio: Hituzi Syobo, 2002.
18. LAHUD, M. Alguns mistérios da lingüística. *Almanaque*, 5, pp.28-37, 1977.
19. LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Press, 1983..
20. _____. *Presumptive Meanings*. Cambridge: MA: MIT Press, 2000.
21. MORRIS, C. *Signs, Language and Behavior*. New York: Prentice Hall, 1946.
22. MOURA, H. M. de M. Os limites da Semântica e da Pragmática. *Graphos*, Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB, João Pessoa, 2000.
23. NEGRI, L. *Zona de fronteira: a delimitação entre a semântica e a pragmática sob a lente das expressões de polaridade negativa*. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR, 2006.
24. PARRET, H. *A estética da comunicação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997..
25. PIRES DE OLIVEIRA, R. Semântica de Arquivos vs. DRT: o problema da projeção das pressuposições. www.cce.ufsc/~pires/pressuposição.pdf, 2004.
26. STALNAKER, R. Pragmática. In: Dascal, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da Lingüística, volume IV, Pragmática*. Campinas: edição do organizador, 1982 [1972].
27. SZABÓ, Zoltán Gendler. The distinction between semantics and pragmatics. In: LEPORE, E. e B. SMITH (eds.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RESUMO: O presente ensaio analisa a distinção entre semântica e pragmática considerando o tipo de argumentos e entidades que cada disciplina mobiliza em suas explicações. Argumentaremos que a pragmática, em suas teorizações, lança mão de algum conceito de “aposta”, seja ao apelar para a cooperação do falante, seja ao utilizar explicações como “a intenção do falante é/era...”; a semântica, por sua vez, não utiliza nenhuma noção de “aposta” e suas explicações envolvem o conceito de proposição, que remete, mas não coincide, com condições de verdade e sentido literal. Essa maneira de apresentar a distinção entre semântica e pragmática pode ser chamada de interna, pois se sustenta nos argumentos que os pesquisadores utilizam em suas pesquisas, encaixadas, por eles mesmos, numa ou noutra dessas disciplinas. Autores que tratam dessa mesma distinção caracterizando o que a semântica e a pragmática *devem* estudar situam-se em posições externas às disciplinas, e normativizam sobre elas, porque estabelecem o que deve ser uma e outra. Apropriando-nos de uma idéia de Michel Lahud (1977), diremos que os mistérios da pragmática (ou seja, o que ela toma como pressuposto, mas não define) remetem à filosofia da mente e da ação; diremos também que a semântica tem como mistério o conceito de proposição, provavelmente tratado pela filosofia da lógica. Seus mistérios são, pois, outros.

PALAVRAS-CHAVES: semântica, pragmática, proposição, intenção, teoria da ação

ABSTRACT: This essay analyses the distinction between semantics and pragmatics, taken into account the type of arguments and entities that each of the disciplines adopts in the explanations and description of the phenomena. We argue that pragmatics relies upon the notion of a “bet”, be it introduced as an appeal to the notion of speaker’s cooperation or as an explanatory resource of the speaker’s intention. These notions are foreign to semantics, the explanations of which rely upon the concept of a proposition, closely linked to the notions of truth conditions and literal meaning, though not coincident. Our way of conceiving the distinction may be called internal, in contrast to normative views, because it derives its conclusion from the way the arguments authors use in their researches are mobilized, and does not aim at prescribing what should be done in semantics or in pragmatics. Based on Lahud’s (1977) epistemological insight, we conclude that the mysteries of pragmatics, the knowledge it presupposes, are to be found in philosophy of mind and action, whereas the mysteries of semantics are in philosophy of logic.

KEYWORDS: semantics, pragmatics, proposition, intention, action theory.

Recebido no dia 02 de dezembro de 2006.

Artigo aceito para publicação no dia 26 de fevereiro de 2007.